

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER

GIOVANA EVELIN MARCON

**DESMANTELO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
GRAMADO**

Porto Alegre

2022

GIOVANA EVELIN MARCON

**DESMANTELO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
GRAMADO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Daniela Dias Kuhn

Porto Alegre

2022

GIOVANA EVELIN MARCON

**DESMANTELO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
GRAMADO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 09 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Daniela Dias Kuhn

UFRGS

Prof. Dra. Gabriela Coelho

UFRGS

Profa. Dra. Paola Loureiro Carvalho

UFRGS

Prof. (a). Daniela Dias Kuhn

UFRGS

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho. A minha família por acreditar que iria conseguir, e me apoiar nessa trajetória acadêmica.

Aos meus amigos que me incentivaram a continuar em busca do que eu acreditava.

A Universidade, em especial aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado. Ao polo Polo Vera Grin, de Gramado, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período do curso e por sempre ser um motivador.

Em especial aos agricultores, que são a fonte de inspiração, luta e resistência através do tempo.

A todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, a todos que convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

“Os que comem bem, dormem bem e têm boas casas acham que o governo gasta muito dinheiro com políticas sociais.” Pr. Julio Lancelotti

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como tema central o estudo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Gramado, a importância da segurança alimentar dos alunos e os impactos causados pelo desmantelamento das políticas públicas nos últimos anos, tanto para os agricultores familiares, quanto para as escolas.

A pesquisa se realizou pelo método exploratório, com revisão bibliográfica e pesquisa de campo, de natureza qualitativa. A coleta de dados realizou-se através de pesquisas, tanto de forma presencial, quanto através de ferramentas digitais, com a nutricionista do município, escolas e com os agricultores familiares. O referencial teórico abordou os seguintes temas: políticas de segurança alimentar, Programa Nacional de Alimentação Escolar, desmantelamento das políticas e a insegurança alimentar. Com esses dados, constatou-se, apesar do município de Gramado não ter altos níveis de insegurança alimentar, a importância do PNAE para muitos alunos, assim como a estabilização do repasse de verba nos últimos anos, dificultando assim manter o cardápio da merenda, sem a ajuda da prefeitura e dos pais.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Desmantelamento. Segurança Nutricional.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

ABSTRACT

This research presents as its central theme the study of the National School Feeding Program (PNAE), in the city of Gramado, the importance of food security for students and the impacts caused by the dismantling of public policies in recent years, both for family farmers and for the schools.

The search was carried out using the exploratory method, with a bibliographical review and field research, of a qualitative nature. Data collection was accomplished through surveys, both in person and through digital tools, with the municipality's nutritionist, schools and family farmers. The theoretical framework addressed the following topics: food safety policies, National School Feeding Program, dismantling policies and food insecurity. With these data, it was verified, although the municipality of Gramado doesn't have high levels of food insecurity, the importance of PNAE for many students, as well as the stabilization of the transfer of funds in the last years, thus making it difficult to maintain the lunch menu, without help from city hall and parentes.

Keywords: National School Feeding Program, Family farming, Dismantling, Nutritic security

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
		11
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
2.1	Políticas de SAN na Agricultura Familiar	11
2.2	Programa Nacional Alimentação Escolar PNAE	12
2.3	Políticas de SAN e a Insegurança Alimentar	14
2.4	Desmantelamento das políticas públicas pós-golpe 2016	16
2.5	Desmantelamento das políticas da agricultura familiar	17
3	METODOLOGIA DE PESQUISA	19
3.1	Área de Estudo	21
3.1.1	Produção Agrícola	21
3.1.2	Clima	22
3.1.3	Educação	22
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
4.1	Políticas públicas de SAN em Gramado – RS	23
4.2	Impactos das políticas na merenda escolar	25
4.3	Análise dos Efeitos do desmantelamento das políticas públicas – PNAE	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM GESTORES DAS ESCOLAS	33
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM GESTOR DA EMATER	34
	APÊNDICE C – ENTREVISTA COM AGRICULTORES FAMILIARES QUE PARTICIPAM DO PNAE	35
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO	36
	ANEXO B – CARDÁPIO INVERNO E VERÃO	37

INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro tem mudado nos últimos anos no que se refere à segurança alimentar e nutricional da população, levando o país a voltar para o mapa mundial da fome. Muito disso se deve ao nosso cenário político vivido atualmente, através de cortes, diminuição ou até mesmo encerramento de políticas e programas públicos que influenciavam de forma direta e indireta o combate à fome e a insegurança alimentar no país, situação que se agravou ainda mais nos últimos anos, com a pandemia da Covid-19.

Políticas, as quais se entrelaçam com os agricultores familiares, que são responsáveis por 70% da alimentação da população. Agricultura, que com o desmantelamento que vem ocorrendo nos últimos anos sofre fortes impactos. Nesse contexto, os agricultores familiares ficam muito vulneráveis, e precisam sempre ser motivados e incentivados através de programas e políticas públicas para dar continuidade à produção agrícola. Com o desmantelamento das políticas públicas, muitos agricultores deixaram de cultivar, diminuindo a produção e assim diminuindo também a oferta no mercado, o que tem como consequência o aumento do valor dos alimentos para o consumidor, sendo um dos fatores que leva à insegurança alimentar das cidades. Essa diminuição na produção, também afeta os produtores que acabam entrando em situação de insegurança alimentar e os obriga a buscar outras saídas nas cidades, por muitas vezes em bairros carentes, ocorrendo assim, por muitas vezes, o êxodo rural.

Promover políticas públicas para a agricultura familiar como o foco na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é cada vez mais importante para o desenvolvimento da agricultura e o combate à fome, vem se tornando uma necessidade cada vez mais importante principalmente no contexto atual do Brasil. Quando falamos de políticas e programas os municípios têm papel fundamental, pois são eles os responsáveis por diversas variáveis como, por exemplo, fornecer infraestrutura de apoio à produção e à distribuição de culturas, assim como de realizar estudos de quais políticas se encaixam melhor no contexto do município e analisar quais as suas necessidades.

Nesse contexto, o seguinte estudo busca analisar o desmantelamento e a importância do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), tanto na segurança alimentar dos estudantes, quanto na vida dos agricultores familiares do município de Gramado – RS. A escolha do município ocorreu por ser um município no qual pouco se fala em insegurança alimentar e que rege um foco sobre a agricultura familiar, principalmente voltado às agroindústrias, com uma vasta produção de alimentos. Sendo o Programa de Alimentação Escolar umas das

políticas de segurança alimentar e nutricional mais ativa no município, e também, um programa que beneficia as duas partes, com impactos tanto nos alunos, quanto nos agricultores. Para alunos que, por muitas vezes, fazem sua refeição mais importante dentro da escola.

Outro fator que se levou a escolha do tema o dismantelo das políticas publicas da agricultura familiar em Gramado e a relação da autora com a agricultura familiar pois e agricultora do município e sua vida escolar se deu em escolas publicas do município vivenciando o período de maior mudança no programa PNAE (200-2018), assim resultando no seguinte problema: Em que medida o dismantelo das políticas públicas tem afetado a produção e a segurança alimentar e nutricional dos produtores rurais de Gramado?

OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de dismantelamento de políticas públicas de SAN e seus impactos na agricultura familiar no município de Gramado – RS.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar o impacto das políticas públicas de SAN, principalmente o programa de alimentação escolar no município de Gramado – RS;
2. Identificar e analisar os efeitos do dismantelamento das políticas de SAN, no contexto dos envolvidos da agricultura familiar com o PNAE em Gramado – RS.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Políticas de SAN na Agricultura Familiar

Este capítulo está dividido em quatro partes, nas quais são apresentadas as políticas nacionais voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional através da agricultura familiar, vinculadas ao município de Gramado no estado do Rio Grande do Sul, sendo estas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), políticas de suma importância para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o combate à fome e à insegurança alimentar no país.

Segundo estudos da Embrapa (2014),

No Brasil, o setor engloba 4,3 milhões de unidades produtivas (84% do total) e 14 milhões de pessoas ocupadas, o que representa em torno de 74% do total das ocupações distribuídas em 80.250.453 hectares (25% da área total). A produção que resulta da agricultura familiar se destina basicamente para as populações urbanas, locais, o que é essencial para a segurança alimentar e nutricional. (EMBRAPA, 2014)

A Agricultura familiar no Brasil tem o desafio contínuo de alimentar a população conforme dados da ONU (2014) 80% dos alimentos produzidos a nível mundial são provenientes da Agricultura Familiar, alimento que tem papel fundamental para garantir a segurança alimentar e nutricional. Conforme Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), por meio do Censo Agropecuário Brasileiro, mostram que 85% dos estabelecimentos brasileiros são da agricultura familiar, ou seja, 4.367 milhões de estabelecimentos, respondendo por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos consumidores brasileiros e 77% dos empregos gerados no setor agrícola.

A agricultura familiar hoje se encontra em mercados curtos, facilitando o acesso à população de baixa renda a qual sofre de forma direta com a insegurança alimentar e a fome, mas este cenário só é visto a partir dos governos progressistas.

Políticas voltadas a SAN são inseridas no contexto político do país a partir de 2003, com a criação do Programa Fome Zero. Segundo Fome Zero (2010),

A estratégia Fome Zero mudou o retrato do Brasil. Quando, nos 20 primeiros dias de seu governo, o Presidente Lula apontou a luta contra a fome como uma prioridade absoluta de sua gestão, a partir disso, assegurou-se a base política que tornou possível uma grande mudança nas políticas públicas brasileiras. Abriu-se a perspectiva de que a agenda em prol da garantia da segurança alimentar e nutricional dos brasileiros, impulsionada por ampla mobilização social, encontra sua expressão nas ações de governo. E, ao longo dos últimos oito anos, consolidou-se uma das mais relevantes experiências nesse campo, com a articulação de iniciativas,

programas e políticas públicas, contando com o envolvimento dos três níveis de governo federal, estaduais e municipais, assim como da sociedade civil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (FOME ZERO, p. 10, 2010)

É de suma importância a garantia da segurança alimentar, pois é um direito da população o acesso a alimentação adequada, bem como essa ser assegurada como direito humano, sendo assim o estado tem o dever de promover políticas que garantam a alimentação de quantidade e qualidade, conforme a necessidade da população principalmente da mais vulnerável.

2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE (Programa de Nacional de Alimentação Escolar) é considerado uma das políticas públicas mais antigas no contexto de políticas públicas do Brasil e é considerado o maior programa de alimentação escolar mundial. Segundo o Alvarez:

O PNAE atende diariamente cerca de 40 milhões de estudantes, servindo cerca de 50 milhões de refeições, em mais de 150 mil escolas, com repasses financeiros às 27 unidades da Federação e aos 5.570 municípios, que chegam à ordem de R\$ 4 bilhões anuais. (ALVAREZ, p. 27, 2022)

Ainda, de acordo com o mesmo autor,

O Brasil “exporta” programas sociais por meio de cooperação trilateral Sul-Sul (dois países do Hemisfério Sul com intermediação de organismos da ONU). O PNAE está entre nossas “boas práticas” que inspiraram mais políticas nacionais. A demanda pela experiência brasileira levou à criação do Centro de Excelência Contra a Fome do WFP em Brasília. (ALVAREZ, p. 36, 2022)

Além disso, o programa tem o objetivo de garantir a compra de alimentos da agricultura familiar, através da lei Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, com dispensa de licitação.

O PNAE atinge as três esferas governamentais, Federal, Estadual e Municipal, levando assim a incorporar elementos como a produção e o consumo, bem como fomentar a alimentação saudável aos alunos das escolas públicas, desenvolvendo a agricultura familiar através da identidade, da cultura e dos costumes locais e também reduzindo a pobreza e a insegurança alimentar no campo, fortalecendo a economia local e facilitando o acesso à comida de qualidade para população do município.

O PNAE aumenta os recursos financeiros das propriedades rurais e garante o acesso de muitos estudantes a alimentação saudável e adequada com alimentos de boa qualidade e por muitas vezes sendo a refeição mais importante do dia, a merenda escolar garante um desenvolvimento e um crescimento dos estudantes, colaborando para uma formação de bons hábitos alimentares.

Para Saraiva et al. (2013), as diretrizes do programa, viabilizam o fortalecimento da agricultura familiar com a utilização de alimentos produzidos na região, buscam garantir que os hábitos alimentares sejam respeitados, e fomentam o aumento do consumo de alimentos *in natura* pelos estudantes.

Em seus primeiros anos, o PNAE já havia atingido seus objetivos com o crescimento da agricultura familiar, na diversificação na produção e no desenvolvimento de muitas agroindústrias. Mas ocorrendo muitas interfaces, pois há uma teia de relações entre o agricultor, escola e poder público, deixando muitas brechas a serem resolvidas para que de fato o programa atinja os seus objetivos.

O programa assume formas diferentes de implementação e varia de acordo com os contextos sociopolíticos territoriais, com relação aos gestores responsáveis pelas decisões, como os prefeitos municipais, secretários, funcionários públicos municipais, além de sofrer também influência de diferentes indivíduos da sociedade envolvidos no processo local, como os professores, pais de alunos, CAE's, associações e entidades, que acabam interpondo favoravelmente ou não dentro do processo. (COELHO, p. 44, 2012)

Nos últimos anos, o mundo vem sendo atingido por uma crise sanitária, a COVID-19, que afetou a saúde de inúmeras pessoas e as condições básicas, devido a uma instabilidade econômica, agravada pela pandemia, assim, desde o dia 23 de março de 2020, as redes municipais, estaduais e federais de ensino do Brasil começaram a se adaptar ao contexto da pandemia do novo Coronavírus, suspendendo as aulas e atividades presenciais, levando à paralisação do sistema de ensino do país. (AMORIM et al., 2020)

Do mesmo modo, a alimentação escolar foi paralisada, afetando não somente os estudantes, mas também os responsáveis implicados na produção de alimentos para o funcionamento do PNAE. (SILVA et al., 2021).

Para orientar as Entidades Executoras (EEx) no processo de operacionalização do PNAE e na elaboração da melhor estratégia para a oferta da alimentação nesta situação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) junto ao Ministério da Educação (MEC), no dia 9 de abril de 2020, publicou a resolução nº 02 que dispõe sobre a execução do PNAE durante o período de calamidade pública resultante do novo coronavírus, estabelecendo que a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos desse programa de alimentação referido, podem ser entregues às famílias ou responsáveis dos estudantes da rede pública de

ensino, com os critérios sendo estabelecidos pelos gestores locais. (BRASIL, p. 2, 2020)

De acordo com segundo parágrafo do artigo 2º da resolução mencionada, os gêneros alimentícios podem ser distribuídos em forma de kits e devem ser organizados seguindo as determinações da legislação do PNAE, no que se refere à qualidade nutricional e sanitária, respeitando os hábitos alimentares e a cultura local, sendo de preferência, compostos por alimentos *in natura* e minimamente processados, tanto para gêneros perecíveis, quanto para os não perecíveis. Os kits podem ser compostos por gêneros alimentícios já adquiridos, que estão em estoques nas unidades de alimentação, ou aqueles originários dos processos licitatórios e chamadas públicas da agricultura familiar. Além disso, a legislação recomenda a inclusão de orientações relacionadas à higiene correta de todos os produtos e embalagens concedidas no kit, às famílias dos estudantes. (BRASIL, 2020)

Destaca-se, ainda, que o PNAE além de promover uma alimentação adequada e saudável às crianças e adolescentes no período escolar, tem a capacidade de interligar a agricultura familiar local e a alimentação escolar, trazendo benefícios não somente aos estudantes, mas também para agricultores e a comunidade local. A estratégia do programa mencionado é elementar para conter os efeitos negativos da pandemia tanto na alimentação escolar quanto na agricultura familiar, visto que estimula o desenvolvimento local, fortalece a manutenção de produção e renda dos agricultores familiares, garantindo assim a oferta de alimentos de qualidade à comunidade escolar neste período crítico. (NOGUEIRA, MARCELINO, 2021)

O PNAE vem a anos se destacando como umas das políticas de segurança alimentar mais bem sucedidas, garantindo alimentos de qualidade para os alunos e renda para os agricultores familiares, sendo assim uma das políticas que mais garante a segurança alimentar de jovens e crianças como a refeição mais importante para o combate da insegurança alimentar e da fome.

2.3 Políticas de SAN e a Insegurança Alimentar

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), é a política com mais relevância para a erradicação da fome e da insegurança alimentar no país. Suas concepções vêm sendo debatidas no cenário nacional e internacional mais intensamente desde a década de 90, porém, seu principal marco histórico é a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional em 2006 (LOSAN - Lei 11346), que cria o Sistema Nacional de SAN (SISAN) e

estabelece as bases para a construção da Política Nacional e do Plano Nacional de SAN. (BRASIL, 2006)

A Partir deste período mais políticas de SAN começam a ser instituídas no país, segundo Botelho (2021), no mesmo ano, o decreto nº 7.272 regulamenta a LOSAN, instituindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e estabelecendo o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, representando outro marco legal de relevância para a consolidação da política de Estado, voltada ao combate efetivo da fome no Brasil.

Tendo como objetivo formular e implementar políticas de SAN de modo integrado com a sociedade civil, o SISAN é atualmente um sistema público em construção, que possibilita a articulação intersetorial e participativa e, seu acompanhamento e avaliação. (Brasil, 2010).

De acordo com Botelho (2021), é a criação da Lei nº 11.346/2006, que estabelece diretrizes, princípios e objetivos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Sendo elas (CNSAN), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Fazendo com que os três poderes, Federal, Estadual e Municipal, trabalhem em conjunto para o funcionamento da política de SAN no combate da fome. Atualmente, todos os estados e o Distrito Federal já aderiram ao SISAN. Um dos desafios para a implementação deste Sistema está relacionado à capacidade de gestão dos programas públicos nos estados e municípios brasileiros. (MapaSan, 2014)

Porém, segundo dados do MapaSan somente 1.934 municípios participaram do MapaSan de 2014, destes municípios apenas 84% efetivaram o SISAN os outros 16% só enviaram os dados cadastrais através do preenchimento eletrônico.

Nos anos recentes, o Brasil vem apresentando sucesso na implementação de sua Política de SAN. Numa perspectiva institucionalizada e intersetorial, a SAN tem sido norteadora de políticas e programas, direcionando e apoiando ações de promoção da alimentação saudável em todas as fases da vida e, ainda, em todas as etapas do ciclo do alimento, que vão desde sua produção até o consumo. (CUSTÓDIO et al., 2011).

Após a interrupção do governo Dilma, as políticas de SAN vêm sofrendo reduções no governo Temer, ocorrendo perdas e se agravando ainda mais no governo de Bolsonaro, que já no seu primeiro ato normativo, ao assumir a presidência do país, foi alterar a LOSAN e extinguiu o CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional). Com isso, após 16 anos, o Brasil deixava de ter um espaço de participação e controle social e de articulação entre

a sociedade civil e governo na elaboração de políticas públicas de segurança alimentar. (BRANDÃO, 2021)

2.4 Desmantelamento das políticas públicas pós-golpe 2016

As políticas públicas se constituem em um processo dinâmico de montagem e desmontagem, com a mudanças de governo e com desenvolvimento da população e com as mudanças nas necessidade da população. A despeito de nossa ainda incipiente democracia, essa processualidade resulta da própria participação social. (MARQUES et al., 2019)

Como ressalta Silva, o desmantelamento das políticas ocorre por diversos fatores entre eles o social, podendo condicionar (positiva ou negativamente) na probabilidade de desmantelamento de uma política, associados tanto a aspectos formais quanto ao seu grau de incidência no território, isto é, a presença e a intensidade da política, a natureza dos instrumentos de implementação, os setores sociais mobilizados, entre outros. (SILVA, 2021)

O desmantelamento, ou redução, ou diminuição, ou até mesmo o corte das políticas públicas, ainda é pouco abordado, na literatura internacional ganhou enfoque a partir da definição de *“policy dismantling”*.

Segundo Bauer et al. (2012) o termo em inglês *“policy dismantling”* consiste em mudanças de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que resultam em cortes, reduções ou mesmo abolição de orçamentos, regras, capacidades e instrumentos da política ou setor governamental. O autor ainda avalia outros conceitos para o desmantelamento das políticas públicas,

“uma mudança de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas numa determinada área e reduz o número de instrumentos de políticas utilizados e/ou diminui a sua intensidade. Podendo envolver mudanças nestes elementos cruciais da política e/ou ser alcançada através da manipulação das capacidades para implementação e acompanhamento da política”. (BAUER et al., p. 14, 2012)

Conforme cita Carmo, Wagner (2019) o desmonte de políticas tem quatro razões

A desregulamentação ou extinção das políticas públicas ocorre, geralmente, em razão (a) de preferências políticas, podendo haver associação com elementos de ordem moral e ideológica; (b) de oportunidades estruturais, compreendendo, por exemplo, ambientes econômicos favoráveis em âmbito nacional ou internacional; (c) de estratégias, incluindo perspectivas de formação de coalizões políticas para manutenção das estruturas de poder e (d) de efeitos e resultados, avaliando os custos que dimensionam se os benefícios do desmonte das políticas são maiores que os prejuízos, inclusive o eventual custo político e, ainda, avaliando e verificando o grau de densidade e de intensidade das políticas públicas. (CARMO, WAGNER, 2019)

O entendimento do desmantelamento das políticas nos leva a um melhor entendimento sobre a interpretação das intenções do governo de desestruturação sobre as políticas públicas.

[...] para uma compreensão mais abrangente dos motivos que levaram à essas decisões de desmonte e seus efeitos seja na ossatura institucional do Estado seja junto ao público-alvo desses programas, mas também para uma reflexão mais acurada sobre os processos de resiliência burocrática e de possíveis reconstruções de capacidades estatais à luz desses “momentos críticos” que caracterizam determinadas trajetórias institucionais. (SCHMITT, LEITE, p. 5, 2020)

O desmantelamento das políticas públicas ocorre em vários setores, assim como na agricultura familiar, que tem forte impacto na segurança alimentar, sendo este setor responsável pela alimentação da população.

2.5 Desmantelamento das políticas da agricultura familiar

Os processos de desmonte dentro da agricultura familiar começam a se instalar posteriormente ao golpe de 2016 (processo de impeachment), como relata Grisa (2018)

O “novo” referencial global, associado à mudança político-institucional em maio de 2016, alterou as relações de poder entre os atores que disputavam a construção das políticas para a agricultura familiar e de desenvolvimento rural no Brasil, cedendo espaço para a emergência de novos mediadores para o referencial setorial. Em um processo de “tomada de poder” e “tomada de palavra”, novos atores pautaram a construção das políticas para a agricultura familiar, mediados por ideias e interesses distintos dos mediadores anteriores. (GRISA, p. 45, 2018)

Segundo Brandão, de imediato foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; na sequência, teve início uma escalada de retrocessos nas políticas conquistadas pelos trabalhadores rurais, visando restringir ou, até mesmo, excluí-los, das disputas pelos recursos orçamentários da União. (BRANDÃO, 2021)

Desde 2016 há um período de retração em matéria de políticas setoriais do setor agrário, como pode se observar com uma certa estagnação da política de crédito, o desemprego em alta, um ataque às aposentadorias da população rural, a tentativa de flexibilização do trabalho escravo e um conflito muito forte sobre o acesso à terra, considerando o desinteresse da coalizão política do governo Temer com a reforma agrária. Ganha força, assim, o discurso de algumas lideranças do chamado empresariado rural em confronto com o que podemos chamar de reações aos processos em curso, como por exemplo, aquelas empunhadas pelos movimentos sociais [...] (Nicolás et ali., p. 268, 2021)

Além do encerramento do MDA outras políticas e programas públicos foram cortados ou tiveram cortes orçamentários como relata Grisa (2018).

Grisa (2018) ainda ressalta, são “novas” ideias, novas interpretações sobre a agricultura familiar e sobre o desenvolvimento rural brasileiro. Tais mudanças repercutem na

compreensão do lugar da agricultura familiar no desenvolvimento do país, no tratamento da sua diversidade e especificidades, e na concepção de desenvolvimento rural prevalecente no país.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente trabalho sobre o desmantelamento e os impactos do programa de alimentação escolar no Município de Gramado – RS baseou-se em uma pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2003), cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região visível, ecológica, morfológica e concreta, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável, em equações, médias e estatísticas. Ainda, a mesma autora, explica esta modalidade de pesquisa como a resposta a questões que são muito específicas, assim a pesquisa qualitativa, nas Ciências Sociais, trabalha com uma realidade que não pode ser apenas quantificada, pois essa realidade possui um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Assim como para Godoy (1995) a pesquisa qualitativa considera o ambiente como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento chave. Possuindo caráter descritivo, o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto.

Buscou-se traçar um panorama na revisão bibliográfica através de uma pesquisa básica de diagnóstico que colaborasse com o intuito de evidenciar as políticas públicas de segurança alimentar, através do programa PNAE, e as formas de desmonte de políticas públicas, principalmente voltadas ao setor da agricultura familiar. Para tal, usaram-se dados secundários como, registros de entidades organizativas, legislações, artigos, publicações e pesquisas científicas para embasar e compreender como tais fenômenos ocorrem neste campo a ser estudado.

A coleta de dados foi obtida através de aplicação de entrevistas semiestruturadas, explorando a imaginação dos entrevistados quanto ao tema, com questões relativas à segurança alimentar e as políticas públicas que a envolvem. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação. (MAANEN, 1979)

Quanto aos procedimentos utilizados iniciou-se com a pesquisa bibliográfica, de forma que auxiliasse no entendimento das políticas de SAN através do PNAE e o desmantelamento que vem ocorrendo no contexto do município de Gramado – RS.

A amostra utilizada no estudo se iniciou através da realização de entrevistas com um roteiro de perguntas abertas conforme apêndice A, B e C. O método de estudo de caso conforme definido por Gil (1999, p. 54) “o delineamento mais adequado para a investigação

de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos”.

Mediante a amostra intencional realizou-se a entrevista seguindo a partir do conhecimento e envolvimento dos entrevistados, que possuem algum conhecimento sobre o tema ou alcançar representações subjetivas. “à coleta de dados relativos a alguns elementos da população e a sua análise, que pode proporcionar informações relevantes sobre toda a população”. (MATTAR, p. 128, 1996).

As perguntas delimitadas aos agricultores familiares foram contextualizadas de acordo com o envolvimento deles no PNAE, seguindo para uma entrevista com gestores públicos ao qual foi direcionada à servidora pública, e à nutricionista responsável pela área do PNAE, e com o técnico da Emater, seguindo para realização com as escolas, nas quais se realizou com os responsáveis pelo PNAE dentro das escolas ou até mesmo os diretores.

A realização de algumas entrevistas ocorreu presencialmente, e isso foi possível devido à proximidade, fácil acesso e disponibilidade dos entrevistados, como por exemplo, a realização nas escolas, com o técnico da Emater e com os agricultores, na sua maioria fazendo-se o uso do caderno de campo e gravação, nas entrevistas que não foram possíveis ser realizadas presencialmente, se realizou através do uso da ferramenta do WhatsApp. A entrevista foi realizada com um gestor público, um técnico da Emater, três escolas (duas estaduais e uma municipal) e com três agricultores familiares, ocorrendo no período dos meses de setembro e outubro de 2022.

Após a coleta de dados, a análise dos resultados obteve um viés qualitativo assim não se restringindo a utilização de fórmulas, mas sim de aprofundamento da compreensão de dados não previamente definidos. Desta forma Gil, (2010) cita os estudos de Miles e Huberman (1994), que apresentam três momentos que podem ser seguidos na análise dos dados: redução, exibição e conclusão/verificação.

Os dados obtidos através do trabalho de campo foram avaliados e simplificados e correlacionados com a revisão bibliográfica, para um entendimento de como o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) tem garantido a segurança alimentar dos estudantes e garantindo renda para os agricultores após um desmantelamento das políticas públicas que vem ocorrendo nos últimos anos (2016-2022), e uma análise da importância deste programa para o combate à insegurança alimentar no município.

3.1 Área de Estudo

Nesta sessão serão apresentadas as principais características do município de Gramado – RS, município escolhido para realização da presente investigação.

O município de Gramado compreende a Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, que é composta por 6 microrregiões, e está inserida na Microrregião Gramado-Canela composta por 15 Municípios dentre eles Canela, Dois Irmãos, Gramado, Igrejinha, Ivoti, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Nova Petrópolis, Picada Café, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara e Três Coroas. (Gramado, 2018)

Dados do IBGE (2020) declaram que a área territorial que compreende o município de Gramado é de 239,341 km². Sua divisão territorial é composta por 16 bairros urbanos e 22 comunidades rurais denominadas “Linhas”.

A principal atividade econômica do Município é a promoção do turismo, segundo dados do UOL o município recebe mais de seis milhões e meio de visitantes por ano tendo a maior infraestrutura turística do estado, assim sendo responsável por cerca de 83% da arrecadação do município, gerando influência em outros setores como serviço, indústria e comércio, gerando empregos e renda.

No censo IBGE Cidades (IBGE, 2017), no ano de 2010, a população do Município era de 32.273 habitantes, tendo uma densidade populacional de 135,7 hab/km². A população residente em área urbana compreende 29.013 pessoas e na área rural 3.260 pessoas.

Segundo dados do IBEG em 2020, o salário médio mensal era de 2.3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 60.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 189 de 497 e 3 de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 887 de 5570 e 23 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 20.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 432 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 5475 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2020).

Segundo dados do Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania, o município tem 2.606 famílias cadastradas no cadastro único, sendo 947 em situação de extrema pobreza, 313 em situação de pobreza e 713 de baixa renda, sendo o número de pessoas cadastradas ainda maior 6.666 tendo o maior número em situação de extrema pobreza

2.233 pessoas, dados de setembro de 2022, dados que também apontam que 30 famílias de agricultores familiares estão inseridas no cadastro único.

3.1.1 Produção Agrícola

Segundo o censo agropecuário (IBGE, 2021) o número de pessoas ocupando estabelecimentos rurais e de 1,242 pessoas em uma área de 8,568 hectares em 516 estabelecimentos. Sendo produzido em lavouras permanentes que se somam em 457 hectares tendo maior produção em uva chegando a 910 toneladas, figo 320 toneladas, laranja 308 toneladas, pêssego 208 toneladas, caqui 108 toneladas, banana 34 e bergamota 24 toneladas no ano 2021 segundo dados do IBGE e entre outras em menor quantidade.

Nas lavouras temporárias, a maior produção está focada em mandioca com 850 toneladas seguida por batata inglesa com 334 toneladas, tomate 310 toneladas, cebola 224 toneladas, batata-doce 180 toneladas e feijão com 12 toneladas, colhidas no ano de 2021 segundo dados do IBGE. (IBGE, 2021)

3.1.2 Clima

O clima que predomina na região segundo a classificação de Köppen é o CFB denominado clima temperado úmido, com temperatura média anual em torno de 16°C e a precipitação anual aproximada de 2000 mm.

3.1.3 Educação

A estrutura educacional do Município segundo IBGE (2021) conta com 22 escolas de Ensino Fundamental e 5 escolas de Ensino Médio. Dentre as escolas públicas, o Município é encarregado da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; o Ensino Médio é atendido pelo Estado. Na educação, o município encontra-se em comparação com outros Municípios do Estado na posição 215 de 497 devido à nota que os alunos dos anos iniciais da rede pública tiveram no IDEB, com nota média de 5.7. Já os anos finais tiveram colocação melhor ficando na posição 111 de 497.

Os dados do IBGE apresentam que a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 96,9% sendo 4,660 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 946 no Ensino Médio.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a coleta de dados, serão demonstrados os dados da pesquisa realizada, representados através da análise das entrevistas realizadas, fazendo relação com o referencial teórico, suas interpretações e análise. Os dados que se apresenta a seguir baseiam-se no questionário aplicado a agricultores, técnicos, nutricionista e escolas.

4.1 Políticas públicas de SAN em Gramado – RS

Neste capítulo serão apresentados os resultados das entrevistas, com o intuito de responder sobre a importância da alimentação escolar na segurança alimentar das crianças e sobre os impactos causados pelo desmonte de políticas públicas nesta área. Através da coleta de dados se observou que o município adere a poucas políticas de SAN, sendo a mais ativa no município, a da merenda escolar, através do Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE), esse programa se encontra muito ativo, principalmente por parte da Prefeitura Municipal de Gramado que, em muitas escolas estaduais contam com salas emprestadas para o município para educação infantil que é de responsabilidade dos municípios conforme o artigo 211, § 2º da Constituição Federal, os municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na educação infantil. No município de Gramado ocorre uma troca, as escolas estaduais fornecem o espaço e o município fornece o professor e auxilia na merenda escolar, principalmente oriunda da agricultura familiar com verduras, legumes e frutas e também com o fornecimento de pães.

A gestão do PNAE no município ocorre através do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) sendo composto por representantes do poder executivo, por docentes, pais e alunos e entidades civis organizadas (Emater). Seguindo as diretrizes do Programa de Alimentação Escolar (PNAE), fazendo o uso de alimentos seguros, variados que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares, tendo a participação da comunidade e a garantia da alimentação escolar com segurança alimentar.

O município de Gramado conta com a central de distribuição de alimentos que acontece no pavilhão da agricultura familiar, a central, além de ser um facilitador para os agricultores, também facilita para os técnicos da Emater e para a nutricionista, que avaliam os produtos (estado de armazenagem, qualidades, limpeza). Os produtos são escolhidos pela nutricionista da prefeitura, essa escolha é realizada através de reuniões com os agricultores e técnicos, nestes encontros são avaliados os cardápios de inverno e verão, conforme produção do município, tendo produtos que podem até vir a ser fornecidos durante todo o ano letivo.

Conforme dados informados pela nutricionista, servidora pública de Gramado, o município adere ao PNAE desde 2010, sendo 28 escolas beneficiadas com o valor do repasse do governo federal de R\$ 0,36/aluno/dia para ensino fundamental, R\$ 0,32/aluno/dia para EJA, R\$ 0,53/aluno/dia para pré-escola e R\$ 1,07/aluno/dia para educação infantil, usualmente o município arca com um custo de aproximadamente 80% da alimentação escolar e o repasse do governo representa somente os 20% restantes, sendo que até o mês de novembro de 2022, o repasse de verba já foi do valor de R\$ 570.627,28. Até o final do ano a previsão é de que repasse seja de R\$ 113.882,00 aproximadamente.

No período da pandemia do Covid 19, o município seguiu as ordem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Ministério da Educação (MEC), conforme resolução N° 02, de 09 de abril de 2020, para a distribuição de kits de alimentação oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Deste modo, o Conselho de Alimentação Escolar de Gramado optou por fazer este repasse para a comunidade, considerando que, assim, a alimentação das famílias seria complementada.

“Além disso, adquirimos os itens dos agricultores do município, o que ajuda a fortalecer a produção local. Os kits não têm relação com cesta básica, que é um trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretaria da Cidadania e Assistência Social. A nossa intenção é repassar este recurso destinado pelo PNAE”, Maria Gorete Rodrigues da Silva. (Prefeitura de Gramado – Leticia Rossa, 2018)

Os kits ofertados durante a pandemia foram do valor repassado do governo federal para o programa PNAE, onde cada escola recebia os alimentos oriundos da agricultura familiar do município, conforme a quantidade de alunos, sendo assim o kit acabava sendo pequeno, para

escolas onde o número de alunos é reduzido acabou-se distribuindo para todos os alunos, mas nas escolas onde o número de alunos é mais elevado, mobilizando-se um Conselho onde se avaliou os alunos que gostariam de receber e quais necessitavam dos kits. Conforme relata responsável pela merenda em uma das escolas do município, que somente 60 famílias de alunos da escola foram atendidas com os kits.

Também ocorreu a distribuição de formulários, por parte do município, aos alunos que gostariam de receber os kits. Conforme informações passadas pela nutricionista do município, todos os alunos preencheram um formulário assinalando se tinham ou não interesse em recebê-los.

Para os agricultores, os kits garantiram a venda durante a pandemia, assim como vem ocorrendo no período pós e anterior a pandemia, os agricultores que participam do PNAE observam que além de ser uma venda certa, o produto adere mais valor, pois é comercializado através de mercados curtos, e garantem produtos de qualidades para as crianças do município.

4.2 Impactos das políticas na merenda escolar

Apesar do nível de insegurança alimentar do município de Gramado ser baixo, a observação dos entrevistados é que a alimentação escolar é de suma importância para a segurança alimentar dos alunos, o de, por muitas vezes, a refeição de melhor qualidade é realizada nas escolas, por ser um cardápio de alimentos mais naturais e com produtos de boa qualidade, outra citação realizada pelos funcionários das escolas é que, com a volta às aulas presenciais, pós-pandemia, os alunos voltaram com muita fome por comida como, feijão, arroz, batata, massa, polenta, sopas, frutas e legumes.

Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, com utilização de gênero alimentício básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada. (BRASIL, 2009)

Nos últimos anos, o cardápio dos alunos vem mudando, com algumas limitações principalmente para os ultraprocessados, que por muitas vezes só são permitidos duas vezes ao mês, como pães, biscoitos, bolos, bebidas lácteas com aditivos ou adoçados, entre outros.

Por mais que essas novas mudanças venham para garantir uma melhor alimentação aos alunos, acaba encarecendo a compra da merenda escolar, sendo que nos últimos anos não ocorreu um aumento significativo no valor repassado, sendo que com a inflação os valores dos alimentos acabaram encarecendo muito, fazendo com que as escolas, por muitas vezes,

burlarem o cardápio ou tenha que pedir ajuda as famílias dos alunos com doações ou até mesmo fazendo a retirada de valores do caixa da escola.

Quadro 1: Valores aproximados do repasse para duas escolas do município com capacidades diferentes

Valor do repasse no ano de 2021	Alunos Matriculados	Valor da Agricultura Familiar (30%)	Restante do Repasse do PNAE
2,600	50	780,00	1,820
40,000	550	12,000	28,000

Elaborada pela autora com dados fornecidos pelos entrevistados – 2022

Conforme se observa no quadro acima, o valor repassado às escolas é muito baixo para a demanda de alunos matriculados, na primeira escola, o valor proveniente da agricultura familiar não chega a 3,00 reais/dia, o que equivale a um pé de alface ou a 1kg de frutas para 50 alunos, sendo que o cardápio elaborado, conforme figuras 1, 2, 3 e 4, requer muito mais alimentos oriundos da agricultura familiar, como por exemplo, no mesmo dia inclui feijão e maçã. A situação na escola com maior número de alunos também é semelhante.

Os cardápios das figuras 1, 2, 3 e 4 são elaborados por estação: inverno e verão. Essa é uma das formas de ajustar a produção e a demanda dos 40 agricultores, em média, que participam do programa, principalmente pelo município contar com um inverso rigoroso sendo este um período de baixa produtividade.

Uma análise ocorrida durante o período de pesquisa é que o município hoje está muito diferente de outras partes do País, onde a maior dos problemas está na qualidade dos alimentos e em Gramado percebemos que está na quantidade, com déficit em produção e diversificação da produção, pois o município conta com alta produção em uva, figo, batata inglesa feijão, citros, mas percebe-se uma necessidade de outras produções com mais variedade para que possa atender melhor as escolas e assim ser possível elaborar um cardápio mais variado.

Nos últimos anos, o valor de repasse para cada aluno se manteve o mesmo, desde 2018, que teve seu último reajuste de 20% (conforme dados FNDE), assim não acompanhando as mudanças de valor de mercado, de acordo com Barreto

O reajuste do salário mínimo para 2022 acompanhou a inflação de 10,06% de 2021, mas os preços dos alimentos superaram esse índice. Um levantamento produzido pela CNN dos preços de alguns itens presentes na mesa do brasileiro, com base nos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

(Dieese), constatou que o aumento deles foi de 14,8% em março deste ano, na comparação com o mesmo mês do ano passado. (BARRETO, 2022)

4.3 Análise dos efeitos do desmantelamento das políticas públicas – PNAE

Como citado no referencial teórico, o desmantelamento das políticas públicas é avaliado como “*policy dismantling*”, onde não há o encerramento e nem o corte ou a redução da política pública, mas se enquadra um desmantelamento, através do congelamento de investimento que, por consequência, não acompanha os gastos. Ocorrendo também na agricultura familiar a “*policy dismantling*”, mas pouco vista pelos próprios agricultores como eles mesmos relatam, pois no PNAE o valor sempre corresponde à mercadoria e, principalmente, pelo fato de boa parte da verba se proveniente do município, mas quando se referem ao comércio local, percebem que sofrem com o aumento dos insumos e que não conseguem repassar este aumento no valor dos produtos.

Os dados levantados na pesquisa apontam uma estabilidade no valor do repasse do PNAE, ocorrendo assim uma das formas de desmantelamento do programa, mas este fator ainda não é percebido pelos agricultores entrevistados, porém as escolas é que sentem este desmantelamento, tendo muita dificuldade para manter uma merenda de qualidade e quantidade suficiente para todos os alunos, assim como relata umas das entrevistadas responsáveis pela merenda na escola, que observa que o PNAE é de suma importância à segurança alimentar dos alunos, principalmente em regiões mais carentes. Desta forma, o artigo do Brasil de Fato cita a autora Santarelli

O PNAE é uma das mais importantes políticas públicas existentes que garantem às crianças, jovens e adultos estudantes o direito à alimentação e à nutrição adequadas. “A tendência que temos visto é de um desmonte completo das políticas públicas, como o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar] e as cisternas, que vêm tendo seu orçamento reduzido. O PNAE, bem ou mal, se mantém de pé, mas o problema é que não há reajuste desde 2017. A enorme inflação no valor dos alimentos significa de fato uma perda na capacidade de compra, e isso influencia na qualidade e quantidade de alimentos adquiridos pelas instituições de ensino no Brasil”. (SANTARELLI, 2022)

Dos alimentos ofertados pelo PNAE, 30% são oriundos da agricultura familiar que, nos últimos anos, vem sofrendo os impactos do desmantelamento das políticas públicas, sendo uma delas a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), já que muitas das políticas da agricultura familiar eram oriundas desse ministério, segundo ABC o Ministério do Desenvolvimento Agrário é o responsável, no governo federal, pela proposição e implementação das políticas públicas voltadas à reforma agrária e à promoção do

desenvolvimento sustentável, bem como do fortalecimento do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares. Desestimulando e enfraquecendo a produção da agricultura familiar, tendo baixa oferta de alimentos de qualidade e até mesmo na quantidade para o PNAE.

A pesquisa aponta que os agricultores do município de Gramado não percebem estes impactos, levado em consideração pelo valor da renda per capita mais elevada que em outros municípios, onde ela é menor e o apoio do município na merenda acaba sendo pouco. O município de Gramado não sente, definitivamente, os impactos do desmantelamento, pois além de ajudar com recursos na merenda escolar, mantém políticas para os agricultores, fica claro através das entrevistas que os agricultores não percebem a realidade nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento do presente estudo, ressaltou-se a importância da política pública da merenda escolar para a segurança alimentar de crianças e jovens, bem como a importância para agricultura familiar. O PNAE se tornou muito importante para o desenvolvimento da agricultura e garante alimento de qualidade para as escolas do município de Gramado. No decorrer desse tcc, observou-se através de pesquisa e entrevistas, que o município de Gramado também vem sendo afetado pelas mudanças políticas ocorridas nos últimos anos no país.

Ao realizar o questionário, observou-se a importância do PNAE na vida dos envolvidos, tanto garantindo alimentos de qualidade para os alunos, quanto garantindo renda fixa para os agricultores familiares. Podemos assim, tirar algumas conclusões: os alimentos fornecidos pelos agricultores são de ótima qualidade, mas a quantidade ofertada ainda é muito pequena, pela demanda de alunos matriculados nas escolas, tanto municipais, quanto estaduais do município de Gramado. Avaliou-se que o valor do repasse PNAE permanece o mesmo há quatro anos, sendo que, através da inflação, ocorreu um aumento significativo em todos os alimentos, principalmente os que compõem a cesta básica, evidenciando, desta forma, a importância da contribuição financeira do município na compra da merenda escolar. Por fim, constatou-se que o desmantelamento das políticas públicas afeta a segurança alimentar dos alunos, e que há a necessidade de um reajuste no valor do repasse da merenda escolar, bem como uma busca de novas produções na agricultura familiar, para que de fato, a verba dos 30% possa permanecer no município.

Desta forma, é preciso superar a “*policy dismantling*” que vem afetando toda a população, assim como demonstrado no estudo, reiterando sempre a importância de políticas para o desenvolvimento de uma população. E buscar meios de evidenciar que há um desmantelamento nas políticas públicas, que só não é sentido de fato no município, devido à alta renda da população, o que faz o nível de insegurança alimentar ser baixo e, principalmente, por ter governanças municipais que mantêm a imagem de cidade bem sucedida, com baixa necessidade do uso de políticas públicas, e sabermos que como nação estamos todos interligados, assim, quando um lado é mais necessitado, não podemos nos cegar a ponto de não enxergar as necessidades dos outros municípios.

REFERÊNCIAS

- AGUETE, Rayana de Castro. **O papel do programa nacional de alimentação escolar na segurança alimentar e nutricional durante a pandemia COVID-19**. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2022.
- ALVAREZ, Daniela Bicalho. **O Pnae em fatos e números [livro eletrônico]: a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar** / Daniela Bicalho Alvarez ; com a colaboração de Vanessa Manfre. - Brasília, DF: FIAN Brasil, 2022.
- AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; BANDONI, Daniel Henrique. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, jul./ago. 2020.
- ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero: Uma História Brasileira**.- Brasília, DF: Ministério Zero, v. 1, 2010. 190 p; 26 cm. ISBN 978-85-60700-42-4 1. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acessado 12/11/2022.
- BARRETO, Elis. **Em um ano, custo de alimentos supera reajuste salarial e reduz poder de compra**. CNN no Rio de Janeiro. 20/04/2022 às 08:57. Acessado 12/11/2022.
- BOTELHO, Regina da Silva. **Direito Humano à Alimentação Adequada: A Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Município de Florianópolis**. Trabalho de conclusão de curso, 2021.
- BRANDÃO, Sandra (org.). **Brasil: cinco anos de golpe e destruição**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

BRASIL. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar** <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acessado-07/05/2022 ANO -LEI

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº02, de 9 de abril de 2020**. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid 19. Diário 38 Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p.27-28, 13 abr. 2020d. Acessado em: 19/09/2022.

BRASIL. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan)**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm Acessado-07/05/2022.

BRASIL. **Lei nº 11.947 de 16 de Junho de 2009**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/21987152/artigo-12-da-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mapasan 2014: **Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2015.

.

CARMO, Wagner. **O desmonte das políticas públicas ambientais no brasil**. Empório do Direito.com. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/o-desmonte-das-politicas-publicas-ambientais-no-brasil>.

COELHO, M. S. M. **Inter-relações entre a agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar no município de Machado - MG**. In: 4ª Jornada Científica e Tecnológica - 1º Simpósio de Pós-Graduação do IFSULDEMINAS, 2012. 118 f. em: 18/05/2022.

CUSTÓDIO MB et al. **Visão histórica da Segurança Alimentar e Nutricional**. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 18 (1): 1- 10, 2011. Acessado em 12/05/2022.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa no ano internacional da agricultura familiar, 2014**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/embrapa-no-ano-internacional-da-agricultura-familiar>. Acessado em: 19/09/2022.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GRISA, Catia [et al.]. **A Desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar [livro eletrônico] : mudanças institucionais, estratégias de desmonte**

e novas configurações - Rio de Janeiro, RJ : Fundação Heirich Böll, 2022. -- (Quando novos instrumentos reforçam velhas desigualdades : disputas e desafios do modelo agrário brasileiro) PDF Outros autores: Claudia Job Schmitt, Marcos Alexandre Pimentel da Silva, Sergio Pereira Leite, Silvia Zimmermann, Yamira Rodrigues de Souza. BAUER, M. W.; JORDAN, A.; GREEN-PEDERSEN, C.; HÉRITIER, A. Dismantling public policy: preferences, strategies and effects. Oxford: Oxford University Press, 2012. Acessado 23/04/2022

GODOY, Arilda Schimidt. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35,n.2,p.57-63. Mar./Abr.1995.

GRISA, Cátia. **Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no brasil: novos mediadores para velhos referenciais**. Raíces v.38, n.1, jan-jun/2018.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 15/11/2022.

IBGE. **Censo Agropecuário 2021**. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 15/11/2022.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LANCELOTTI, Padre Júlio. Vamos à luta! o desmonte da fundação da ação social de Curitiba. **Cultura930**. 2022. Disponível em: < <https://www.cultura930.com.br/vamos-a-luta-o-desmonte-da-fundacao-da-acao-social-de-curitiba-exibido-em-21-10-2022/>>. Acessado em 08/11/2022.

LEITE, Acácio et al. **A Questão Agrária no momento político brasileiro: Liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer**. Okara - Geografia em Debate, v. 12, p. 247-274, 2018. Acessado em: 22/05/2022.

MAANEN, John Van. **Reclaiming qualitative methodsfor organizational research: a preface**, In Administrative Science Quarterly, vol. 24, no. 4, December 1979 a, pp 520-526. Acessado em: 10/11/2022.

MARQUES, Camilla Fernandes et al. **O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para Quem?** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2019, v. 39, n. spe2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982>. Acessado em: 10/11/2022.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas, 1996.

MINAYO, Marilia Cecilia de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petropolis, RJ: Vozes, 2003.

NICOLÁS, María Alejandra; Gaitán, Flavio (organizadores). **Desmonte do Estado e Retração da Cidadania: Pensando alternativas de proteção social**. INCT-PPED. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Arnaldo Provasi Lanzara, Flavio Gaitán, Gustavo Gamallo, Maria Alejandra Nicolás, Maria Lúcia Brzezinsky, María Ozanira da Silva, Paulo Januzzi, Pilar Arcidiácono, Estratégias e

Desenvolvimento, 2021. Autores: Amilton Moretto, Ángeles Bermúdez, Sérgio Pereira Leite, Silvia Zimmermann.

NOGUEIRA, Virgínia Gomes de Caldas; MARCELINO, Maria Quitéria dos Santos. **Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF**. Revista de Política Agrícola, v. 1, n. 1, p. 117-129, 2021. Acessado em: 19/09/2022.

OLIVEIRA, Rafael. **Brasil de Fato: Programa de apoio à alimentação escolar é ignorado no governo Bolsonaro**. 28 de outubro de 2022.

<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/28/programa-de-apoio-a-alimentacao-escolar-e-ignorado-no-governo-bolsonaro.>> Acessado em: 10/11/2022.

PREFEITURA DE GRAMADO. Plano Municipal e Saúde 2018-2021. 2018. Disponível em: <https://www.gramado.rs.gov.br/storage/attachments/j0GW2igwJ5zXN1dfVuxYjhhpqCD3rkoaaGSGldhD.pdf>. Acessado em: 19/09/2022

Preços caros e turistas demais: Gramado já vive o 'efeito Las Vegas'?. Mari Campos 1/11/2022. Acessado em: <https://www.uol.com.br/nossa/curadores-e-criadores/2022/11/01/efeito-las-vegas-turismo-em-gramado-pode-acabar-descaracterizando-a-cidade.htm>

ROSSA, Letícia. **Mais de 3,3 mil kits de alimentação escolar são entregues em Gramado**. 2020. Prefeitura de Gramado. Disponível em: <<https://www.gramado.rs.gov.br/noticias/mais-de-3-3-mil-kits-de-alimentacao-escolar-sao-entregues-em-gramado>>. Acessado em: 20/09/2022.

SARAIVA, B.E. et al. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Ciências e Saúde coletiva. Florianópolis - SC, vol. 18, n.4, p. 927-936, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/04.pdf>>. Acessado em 12/05/2022.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/ Ministério da Cidadania. p 1, 2. Relatório gerado em 9/12/2022.

SCHMITT, Claudia; LEITE, P. Sergio. **Processos de desmonte em políticas públicas: nota conceitual**. Outubro de 2020.

SILVA, Rônisson Thomas de Oliveira et al. **Alimentação escolar em tempos de COVID19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 28, n. 00 p. 1-9, mar. 2021. Acessado em: 19/09/2022.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM GESTORES DAS ESCOLAS

Discente: Giovana Evelin Marcon

ROTEIRO PARA GESTORES DAS ESCOLAS

- 1- Quantas escolas do município são beneficiadas pelo programa PNAE?
- 2- Que tipo de refeições e preparações são ofertadas na alimentação escolar?
- 3- Você considera que o programa PNAE é importante para garantir a segurança alimentar dos alunos do município?
- 4- Durante a pandemia a escola ofereceu alimentação escolar aos alunos?
- 5- Se ofereceu, qual foi a modalidade de oferta?
- 6- As famílias dos alunos foram envolvidas?
- 7- A escola recebeu recursos para a alimentação escolar através do PNAE no decorrer do período da pandemia?
- 8- Se sim, estes recursos foram suficientes para atender as necessidades de todos os alunos e quantos estudantes foram assistidos?
- 9- Houve doações de cestas de alimentos da parte da Secretaria de Educação para as famílias dos estudantes? Se sim, quantas foram distribuídas?
- 10- Como as famílias foram selecionadas para receber a cesta básica?
- 11- Em sua opinião, qual a importância do PNAE, como programa público? Essas cestas eram provenientes de aquisições PNAE?
- 12- No retorno à modalidade presencial, como está sendo a adesão dos alunos à alimentação escolar?
- 13- De 2010 a 2020, em que ano houve maior e o menor repasse de verba para o PNAE no município?
- 14- Qual o valor destinado do PNAE ao município de Gramado? Este valor já foi maior na última década?
- 15- Os recursos hoje do PNAE são suficientes para a demanda das escolas?
- 16- Você considera que o programa PNAE é importante para garantir a segurança alimentar dos alunos do município? Que outros programas existem com esse mesmo objetivo?
- 17- Nos últimos anos ocorreu uma mudança na alimentação dos alunos na merenda escolas? Como por exemplo, a qualidade dos alimentos, se são mais multiprocessados?

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM GESTOR DA EMATER

Discente: Giovana Evelin Marcon

ROTEIRO PARA GESTOR DA EMATER

1. Desde quando o município participa do PNAE?
2. Quais iniciativas vêm ocorrendo para estimular os agricultores a participarem do PNAE?
3. Como é o processo de seleção de agricultores para fornecerem para o PNAE?
4. Existe assistência técnica direcionada à produção para o PNAE?
5. Como se realiza a fiscalização da qualidade sanitária e nutricional dos produtos?
6. Do seu ponto de vista, quais os principais benefícios do Programa aos agricultores?
7. Na sua opinião, qual a relevância do PNAE na segurança alimentar e desenvolvimento da agricultura familiar do município?
8. Quantas escolas do município são beneficiadas pelo programa PNAE?
9. De 2010 a 2020, em que ano houve maior e o menor repasse de verba para o PNAE no município?
10. Qual o valor destinado do PNAE ao município de Gramado? Este valor já foi maior na última década?
11. Como são selecionados os alimentos para a merenda escolar, e os agricultores?
12. Você considera que o programa PNAE é importante para garantir a segurança alimentar dos alunos do município? Que outros programas existem com esse mesmo objetivo?
13. Durante a pandemia foi oferecido alimentação escolar aos alunos?
14. Se houve de que forma ocorreu, através de cestas?
15. Qual é a estrutura que o município criou para implantar a compra dos 30% da agricultura familiar?
- 16- Nos últimos anos com as mudanças políticas ocorridas no país, em sua opinião estas mudanças afetaram de alguma forma o programa de merenda escolar?
- 17- Nos últimos anos houve alguma alteração no número de escolas atendidas pelo PNAE, em algum período já foi maior ou menor?

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM AGRICULTORES FAMILIARES DE PARTICIPAM DO PNAE

Discente: Giovana Evelin Marcon

ROTEIRO PARA AGRICULTORES FAMILIARES DE PARTICIPAM DO PNAE

1. Quais as principais atividades produtivas desenvolvidas na propriedade?
2. Há quanto tempo comercializa para o PNAE? Quais os produtos?
3. Como teve conhecimento do Programa?
4. Como foram os procedimentos para aderir ao Programa?
5. O PNAE requereu alteração no planejamento da produção? Foi fácil ou difícil se adequar às exigências do Programa?
6. Você percebeu alguma mudança nos últimos anos no PNAE, como redução de verba, diminuição na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar?
7. Em sua Opinião o PNAE é um programa que garante a segurança alimentar das crianças. Se sim percebe isso no seu município?
8. Vocês recebem assistência técnica para a organização da produção?
9. O que tem a dizer sobre a assistência técnica?
10. Como é o acompanhamento do poder público em todo processo da produção e comercialização para o PNAE?
11. Há diferença entre produzir e comercializar para as escolas e para o comércio em geral? Quais?
12. Como é a relação de vocês com as escolas abastecidas com estes produtos? E como é a aceitação dos produtos de vocês nas escolas?
13. Qual é a renda mensal que provem da comercialização ao PNAE?
14. Qual é o percentual dessa renda em relação a toda comercialização da propriedade?
15. Quais as principais dificuldades e barreiras encontradas em relação ao PNAE?
16. Quais os benefícios e mudanças que o PNAE trouxe para sua família?
17. O PNAE alterou alguma coisa no ritmo da organização da produção e no trabalho? Como?
18. Tem expectativa em continuar participando do Programa?
19. Na sua opinião, o que deveria ser melhorado/modificado em relação ao PNAE (assessoramento técnico, acesso ao mercado, demais iniciativas)?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** apoia o Trabalho de Conclusão de Curso “POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GRAMADO - RS” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GRAMADO – RS”- do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “APRESENTAR O CONTEXTO DAS AGROINDUSTRIAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE GRAMADO E COMO AS POLÍTICAS PÚBLICAS AUXILIARAM EM SUAS TRAJETÓRIAS”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “GIOVANA EVELIN MARCON” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um *Trabalho de Conclusão de Curso* escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e ou de minha agroindústria.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Gramado, ____/____/2022

ANEXO B- CARDÁPIO INVERNO E VERÃO

Figura 1-Primeira parte do cardápio de Inverno

Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Borges de Medeiros, 1501 - Centro Histórico - Porto Alegre-RS - Telefone: 30280215

Relatório de cardápios

Cardápio: 4ª CRE - CAXIAS DO SUL - PNAE - Inverno - 2022 | De: 01/06/2022 a 31/08/2022 | Programas associados: PNAE

SEMANA	TIPO DE REFEIÇÃO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
1	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Lentilha turbinada (cebola, alho, cenoura, batata e carne moída) P5 - Repolho refogado	P8 - Sopa de frango massa e hortaliças I (cenoura, batata, repolho e chuchu) P9 - 1 fatia de pão P7 - Banana	P1 - Pão com Molho de Frango (da Escola José Fanton) P7 - Bergamota P12 - Suco de uva	P2 - Arroz Cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Carne de panela P6 - Salada de tomate	P1 - Polenta com molho de frango milho e queijo ralado. P3 - Feijão preto cozido
Composição Nutricional Semanal		Energia = 460,0 (108,24%)	PTN = 17,3 (15,08%)		LIP = 14,6 (28,48%)	CHO = 70,5 (61,34%)
2	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Lentilha I (cebola e alho) P4 - Ovo cozido com farinha de mandioca P5 - Cenoura refogada	P2 - Arroz Cozido P4 - Carne suína com alpin P5 - Farofa simples P7 - Maçã	P1 - Arroz com molho de frango / Risoto P3 - Feijão preto cozido P5 - Chuchu refogado	P2 - Arroz Cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Frango com milho	P8 - Sopa de arroz com carne e hortaliças (batata cenoura e chuchu) P9 - 1 fatia de pão P7 - Banana
Composição Nutricional Semanal		Energia = 492,3 (115,83%)	PTN = 17,8 (14,46%)		LIP = 16,1 (29,36%)	CHO = 73,0 (59,28%)
3	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Lentilha turbinada (cebola, alho, cenoura, batata e carne moída) P5 - Moranga Refogada	P1 - Polenta com molho de frango milho e queijo ralado. P3 - Feijão preto cozido	P2 - Arroz Cozido P3 - Feijoada Simples (c/carne) P5 - Couve refogada P7 - Laranja picada	P1 - Macarrão Caseiro com Frango da Escola São Pio X P3 - Feijão preto cozido P5 - Jardineira de legumes	P1 - Pão com molho de carne moída e alface picada P7 - Banana P12 - Suco de maçã
Composição Nutricional Semanal		Energia = 482,1 (113,43%)	PTN = 19,6 (16,25%)		LIP = 17,5 (32,70%)	CHO = 71,8 (59,55%)
4	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Lentilha I (cebola e alho) P4 - Omelete (milho cenoura e tomate) P7 - Banana	P1 - Macarrão com carne moída (bolonhesa) P3 - Feijão preto cozido P7 - Maçã	P1 - Arroz com galinha P3 - Feijão preto cozido P6 - Salada de brócolis	P8 - Sopa de feijão com massa e hortaliças I (batata moranga carne massa e tempero verde) P9 - 1 fatia de pão	P2 - Arroz Cozido P4 - Carne suína com molho vermelho P5 - Moranga refogada na cebola com tempero verde
Composição Nutricional Semanal		Energia = 462,3 (108,78%)	PTN = 18,8 (16,23%)		LIP = 16,8 (32,60%)	CHO = 63,0 (54,49%)

Elaine Bif de Lagos Rodrigues
Nutricionista
CRN2 11258 / CPF 01458436020

Figura 2- Segunda parte do cardápio de Inverno



Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Borges de Medeiros, 1501 - Centro Histórico - Porto Alegre-RS - Telefone: 30280215

2

Relatório de cardápios

SEMANA	TIPO DE REFEIÇÃO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
5	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Lentilha turbinada (cebola, alho, cenoura, batata e carne moída) P6 - Salada de couve flor	P1 - Pão com molho de carne moída e alface picada P7 - Banana P12 - Suco de maçã	P2 - Arroz Bonito (brócolis, cenoura, ovo e queijo) P4 - Filé de peixe com molho vermelho P5 - Farofa simples	P1 - Macarrão com molho de frango P3 - Feijão preto cozido P5 - Chuchu refogado	P2 - Arroz Cozido P4 - Frango com molho P5 - Repolho refogado P7 - Mamão picado
Composição Nutricional Semanal		Energia = 458.0 (107.77%)	PTN = 20.8 (18.20%)	LIP = 14.3 (28.04%)	CHO = 62.0 (54.16%)	

Elaine Bif de Lagos Rodrigues

ELAINE BIF DE LAGOS RODRIGUES
Nutricionista
CRN2 11258 / CPF 01458436020

Figura 3- Primeira parte do cardápio de verão

Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Borges de Medeiros, 1501 - Centro Histórico - Porto Alegre-RS - Telefone: 30280215

Relatório de cardápios

Cardápio: 4ª CRE - CAXIAS DO SUL - PNAE - Verão - 2022 | De: 01/01/2022 a 31/12/2022 | Programas associados: PNAE

SEMANA	TIPO DE REFEIÇÃO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
1	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Lentilha I (cebola e alho) P4 - Omelete com aspinafre P5 - Cenoura refogada	P2 - Arroz Cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Carne com moranga P7 - Maça	P1 - Macarrão com carne suína P5 - Farofa simples P6 - Salada de beterraba com tempero verde	P1 - Pão com Molho de Frango (da Escola José Fantoni) P7 - Banana P12 - Suco de laranja	P1 - Arroz com molho de frango / Risoto P3 - Feijão preto cozido P6 - Salada de couve flor
Composição Nutricional Semanal		Energia = 470.6 (110.74%)	PTN = 17.1 (14.52%)	LIP = 16.3 (31.25%)	CHO = 68.6 (58.29%)	
2	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Lentilha I (cebola e alho) P4 - Ovo cozido com farinha de mandioca P6 - Salada de tomate	P1 - Arroz com galinha P3 - Feijão preto cozido P6 - Salada de batata com milho e ovo picado	P2 - Arroz arco-íris (cenoura milho) P4 - Frango com aipim P7 - Laranja picada	P2 - Arroz com cenoura P4 - Carne moída com chuchu P6 - Salada de vagem com ovo cozido	P1 - Macarrão Caseiro com Frango da Escola São Pio X P6 - Salada de brócolis P7 - Banana
Composição Nutricional Semanal		Energia = 431.5 (101.52%)	PTN = 16.5 (15.34%)	LIP = 12.9 (26.98%)	CHO = 62.4 (57.82%)	
3	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Omelete (milho cenoura e tomate) P7 - Banana	P1 - Macarrão com carne moída (bolonhesa) P5 - Couve refogada com farinha de mandioca	P2 - Arroz Cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Frango com milho P7 - Melão Picado	P1 - Macarrão com sardinha P6 - Salada de repolho P12 - Suco de uva	P2 - Arroz Cozido P1 - Galinhão (pão de forma molho de frango queijo) P6 - Salada de cenoura e couve chinesa
Composição Nutricional Semanal		Energia = 465.6 (109.55%)	PTN = 19.0 (16.32%)	LIP = 13.5 (26.14%)	CHO = 67.7 (58.13%)	
4	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Ovo cozido P5 - Moranga Refogada	P1 - Arroz colorido P4 - Fricasse de frango P5 - Batata refogada	P1 - Arroz com galinha P3 - Feijão preto cozido P6 - Salada de brócolis P7 - Laranja picada	P2 - Macarrão cozido P4 - Carne suína com molho vermelho P5 - Aipim cozido com farofa	P1 - Polenta com molho de frango milho e queijo ralado. P6 - Salada mista (alfaca repolho e cenoura) P7 - Banana
Composição Nutricional Semanal		Energia = 461.6 (108.60%)	PTN = 17.0 (14.71%)	LIP = 16.2 (31.57%)	CHO = 62.8 (54.43%)	

Elaine Bif de Lagos Rodrigues

ELAINE BIF DE LAGOS RODRIGUES
Nutricionista
CRN2 11258 / CPF 01458436020

Figura 4- Segunda parte do cardápio de verão



Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Borges de Medeiros, 1501 - Centro Histórico - Porto Alegre-RS - Telefone: 30280215

2

Relatório de cardápios

SEMANA	TIPO DE REFEIÇÃO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
5	PNAE	P2 - Arroz Cozido P3 - Feijão preto cozido P4 - Ovo cozido P7 - Laranja picada	P1 - Polenta com molho de frango P6 - Salada de vagem com ovo cozido P12 - Suco de laranja	P2 - Arroz Cozido P4 - Filé de peixe com molho vermelho P5 - Batata refogada	P2 - Arroz com cenoura P4 - Carne moída com molho P6 - Salada de beterraba com tempero verde	P1 - Macarrão com molho de frango P3 - Feijão preto cozido P7 - Banana
Composição Nutricional Semanal		Energia = 451.1 (106.14%)	PTN = 19.9 (17.87%)	LIP = 16.2 (32.41%)	CHO = 56.4 (50.01%)	

Elaine Bif de Lagos Rodrigues

ELAINE BIF DE LAGOS RODRIGUES
Nutricionista
CRN2 11258 / CPF 01458436020

Cardápios fornecidos por uma das escolas entrevistadas.